

## HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

## Termo de Referência 378/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
378/2025	112408-HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	LEONARDO PEDRO FELIX	04/12/2025 11:42 (v 3.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60550.002271/2025-61

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Órtese, Prótese e Materiais Especiais - OPME, para a Seção de Urologia visando atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO /VALOR DE REFERÊNCIA /VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	1	Agulha para biópsia de próstata 18 G x 25 cm, compatível com pistola Pro Mag Ultra	603055	Und.	120	64,00	7.680,00
	2	Clipe de polímero tamanho: large (L) cor: roxo	443992	Caixa com 6 Und.	187	799,00	149,413,00
	3	Prótese peniana, tipo maleável O licitante deverá fornecer três tamanhos da prótese peniana para cada cirurgia. Será utilizada apenas uma unidade e as duas restantes serão devolvidas.	416939	Und.	5	8.499,50	42.497,50
	4	Prótese peniana inflável O licitante deverá fornecer preceptor para a realização do procedimento cirúrgico, pois o procedimento necessita de treinamento específico.	416945	Und.	5	91.000,00	455.000,00
	5	Implante testicular	416935	Und.	5	1.375,00	6.875,00
	6	Cateter ureteral duplo J 4,7 fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	455944	Und.	20	573,33	11.466,60
	7	Cateter ureteral Duplo J de longa permanência de silicone diâmetro 6 Fr x 26 cm	457157	Und.	6	3.025,00	18.150,00
	8	Conjunto de Nefrostomia Percutânea, diâmetro 14 Fr.	454502	Und.	10	531,00	5.310,00

-	9	Bolsa coletora de espécimes utilizada em procedimentos laparoscópicos	444271	Und.	50	1.047,23	52.361,50
	10	Trocater de 12 mm	446415	Und.	50	260,00	13.000,00
	11	Pinça para dissecação e coagulação de tecidos e vasos de até 5 mm, para cirurgias laparoscópicas.  Deverá ser acompanhado de Equipamento em comodato: gerador compatível com a marca fornecida, para o funcionamento da Pinça durante os procedimentos cirúrgicos.	472219	Und.	40	2.077,05	83.082,00
	12	Sling suprapúbico	450085	Und.	10	2.163,26	21.632,60
	13	Agulha de Veress	439947	Und.	50	452,00	22.600,00
	14	Cateter balão retal	392257	Und.	140	29,74	4.163,60
	15	Aspirador/irrigador laparoscópico	610924	Und.	113	2.118,75	239.418,75
	16	Equipo de alto fluxo com quatro vias	609798	Und.	60	617,25	37.035,00
	17	Esfincter Artificial Urinário  O licitante deverá fornecer preceptoria para a realização do procedimento cirúrgico, pois o procedimento necessita de treinamento específico.	331030	Und.	5	119.500,00	597.500,00
	18	FIBRA ÓPTICA PARA HOLMIUM LASER compatível com Equipamento de HOLMIUM LASER de alta potência (acima de 60 W) ou equipamento de THULIUM LASER acima de 60 W. Conjunto de Ressectoscópio para enucleação endoscópica da Próstata a laser.  Deverá ser acompanhado dos Equipamentos em comodato: Holmium Laser compatível com a fibra fornecida, Conjunto ótico contendo ótica de 30°, camisa externa e interna de fluxo contínuo, obturador, elemento de trabalho a laser e conjunto para morcelação endoscópica contendo nefroscópio.  O licitante também deverá fornecer preceptoria para a realização do procedimento cirúrgico, pois o procedimento necessita de treinamento específico.	455746	Und.	40	19.500,00	780.000,00
Grupo 1	19	Cateter ureteral duplo J diâmetro 4,7 Fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	455944	Und.	50	615,00	30.750,00
	20	Bainha de acesso ureteral com revestimento hidrofílico de 35 a 45 cm	448141	Und.	50	1.599,00	79.950,00
	21	Fibra óptica de laser, diâmetro de 270 um.	462503	Und.	50	2.100,00	105.000,00
	22	Extrator de cálculos renais tipo Dormia em nitinol, sem ponta, com 4 fios e com apreensão frontal do cálculo  Deverá ser acompanhado dos Equipamentos em comodato para atender ao grupo 1: Holmium Laser compatível com a fibra fornecida e Ureterorenoscópio Flexível.	428908	Und.	50	2.948,37	147.418,50
Grupo 2	23	Cateter ureteral duplo J diâmetro 4,7 Fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	455944	Und.	50	615,00	30.750,00
	24	Fibra óptica de laser, diâmetro de 400 um.	438263	Und.	50	2.100,00	105.000,00
		Extrator de cálculos ureterais tipo Dormia em nitinol					

	25	Deverá ser acompanhado dos Equipamentos em comodato para atender ao grupo 2: Holmiun Laser compatível com a fibra fornecida e Ureteroscópio semi-rígido.	428887	Und.	50	1.881,42	94.071,00
Grupo 3	26	Eletrodo bipolar, tipo alça de ressecção	463019	Und.	25	2.362,50	59.062,50
	27	Equipo de alto fluxo com quatro vias	609798	Und.	25	299,00	7.475,00
	28	Evacuador de ellik  Deverá ser acompanhado dos Equipamentos em comodato para atender ao grupo 3: Ótica de 4mm e 30°, Camisa de ressecção de 24/26 Fr de fluxo contínuo com obturador, Elemento de trabalho bipolar e Cabo bipolar compatível com o gerador de alta frequência que também deverá ser fornecido pelo licitante.	355485	Und.	25	400,00	10.000,00
Grupo 4	29	Cateter ureteral duplo J diâmetro 4,7 Fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	455944	Und.	10	615,00	6.150,00
	30	Extrator de cálculos renais tipo Dormia em nitinol, sem ponta, com 4 fios	428908	Und.	10	1.299,00	12.990,00
	31	Agulha para punção renal, dimensão: 18G x 23 cm	461672	Und.	10	199,00	1.990,00
	32	Conjunto para dilatação renal Amplatz	457286	Und.	10	999,00	9.990,00
	33	Cateter de pielografia, diâmetro de 5 ou 6 Fr x 70 cm	458289	Und.	10	149,00	1.490,00
	34	Fibra óptica de laser, diâmetro de 1.000 um.  Deverá ser acompanhado dos Equipamentos em comodato para atender ao grupo 4: Holmiun Laser compatível com a fibra fornecida e Nefroscópio Flexível.	613142	Und.	10	2.100,00	21.000,00
Grupo 5	35	Trocater para endoscópio compatível com plataforma robótica Versius	446416	Und.	150	1.090,00	163.500,00
	36	Trocater para instrumental compatível com plataforma robótica Versius	446417	Und.	450	1.360,00	612.000,00
-	37	Clipe de polímero tamanho: large (L) cor: roxo  <b>Cota reserva para ME/EPP em 25% (do item 2)</b>	443992	Caixa com 6 Und.	63	799,00	50.337,00
	38	Aspirador/irrigador laparoscópico  <b>Cota reserva para ME/EPP em 25% (do item 15)</b>	610924	Und.	37	2.118,75	78.393,75
<b>Valor total: R\$ 4.174.503,30</b>							

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

Órgão Gerenciador:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Agulha para biópsia de próstata 18 G x 25 cm, compatível com pistola Pro Mag Ultra	120	20	40	120
2	Clipe de polímero tamanho: large (L) cor: roxo	187	40	80	187

3	Prótese peniana, tipo maleável	5	1	1	5
4	Prótese peniana inflável	5	1	1	5
5	Implante testicular	5	1	2	5
6	Cateter ureteral duplo J 4,7 fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	20	5	7	20
7	Cateter ureteral Duplo J de longa permanência de silicone diâmetro 6 Fr x 26 cm	6	1	2	6
8	Conjunto de Nefrostomia Percutânea, diâmetro 14 Fr.	10	1	4	10
9	Bolsa coletora de espécimes utilizada em procedimentos laparoscópicos	50	10	20	50
10	Trocater de 12 mm	50	10	20	50
11	Pinça para dissecação e coagulação de tecidos e vasos de até 5 mm, para cirurgias laparoscópicas	40	10	15	40
12	Sling suprapúbico	10	2	4	10
13	Agulha de Veress	50	10	20	50
14	Cateter balão retal	140	30	50	140
15	Aspirador/irrigador laparoscópico	112	20	50	113
16	Equipo de alto fluxo com quatro vias	60	10	20	60
17	Esfíncter Artificial Urinário	5	1	1	5
18	FIBRA ÓPTICA PARA HOLMIUM LASER compatível com Equipamento de HOLMIUM LASER de alta potência (acima de 60 W) ou equipamento de THULIUM LASER acima de 60 W. Conjunto de Ressectoscópio para enucleação endoscópica da Próstata a laser	40	10	15	40
19	Cateter ureteral duplo J diâmetro 4,7 Fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	50	10	20	50
20	Bainha de acesso ureteral com revestimento hidrofílico de 35 a 45 cm	50	10	20	50
21	Fibra óptica de laser, diâmetro de 270 um.	50	10	20	50
22	Extrator de cálculos renais tipo Dormia em nitinol, sem ponta, com 4 fios e com apreensão frontal do cálculo	50	10	20	50
23	Cateter ureteral duplo J diâmetro 4,7 Fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	50	10	20	50
24	Fibra óptica de laser, diâmetro de 400 um.	50	10	20	50
25	Extrator de cálculos ureterais tipo Dormia em nitinol	50	10	20	50
26	Eletrodo bipolar, tipo alça de ressecção	25	5	10	25
27	Equipo de alto fluxo com quatro vias	25	5	10	25
28	Evacuador de ellik	25	5	10	25
29	Cateter ureteral duplo J diâmetro 4,7 Fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	10	1	4	10
30	Extrator de cálculos renais tipo Dormia em nitinol, sem ponta, com 4 fios	10	1	4	10
31	Agulha para punção renal, dimensão: 18G x 23 cm	10	1	4	10
32	Conjunto para dilatação renal Amplatz	10	1	4	10
33	Cateter de pielografia, diâmetro de 5 ou 6 Fr x 70 cm	10	1	4	10
34	Fibra óptica de laser, diâmetro de 1.000 um.	10	1	4	10
35	Trocater para endoscópio compatível com plataforma robótica Versius	150	20	50	150
36	Trocater para instrumental compatível com plataforma robótica Versius	450	60	150	450
37	Clipe de polímero tamanho: large (L) cor: roxo	63	10	25	63
38	Aspirador/irrigador laparoscópico	38	10	15	37

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do termo de contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O instrumento substitutivo de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Informo que a Seção de Urologia tem interesse na prorrogação das Atas de Registros de Preços para aquisição dos itens remanescentes, ainda não contratados, bem como a prorrogação do quantitativo total das Atas de Registro de Preços para o ano subsequente por ser mais vantajoso e econômico do que a realização de um novo processo administrativo licitatório.

1.7. Em cumprimento ao inciso III do Art. 48 da Lei 123/2006, foram inseridos os seguintes itens:

1.7.1. Item nº 37, referente à cota reservada para ME/EPP em 25% do Item nº 02;

1.7.2. Item nº 38, referente à cota reservada para ME/EPP em 25% do Item nº 15;

1.8. Para os itens de 01, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14 e 16 do Termo de Referência, a participação é **EXCLUSIVA** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

1.9. Os itens 02, 04, 11, 15, 17, 18 do Termo de Referência são destinados a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**

1.10. Para os itens grupados 19, 20, 21, 22 (Grupo 1), 23, 24, 25 (Grupo 2), 26, 27, 28 (Grupo 3) 29, 30, 31, 32, 33, e 34 (Grupo 4) e 35, 36 (Grupo 5) do Termo de Referência são destinados a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**

1.11. Os itens 37 e 38 do Termo de Referência são destinados a **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA** de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, respeitada a COTA RESERVADA, de até 25% do valor total do item, nos termos do Art 8º, do Decreto Nº 8.538/2015.

1.12. Em caso de divergência entre as especificações do CATMAT e a descrição complementar dos itens no Termo de Referência, prevalecerão as deste último.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03.277.610/0001-25-0-000008/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/04/2024;

III) Id do item no PCA: 786;

VI) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 112408-121/2025.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd) bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.5. O agente responsável pela fase de lance solicitará ao fornecedor, provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro;

4.1.6. O registro informado do produto deverá estar completo e conter todos os dígitos que permitam identificar de qual apresentação do produto se trata a proposta apresentada;

4.1.7. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro;

4.1.8. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA e suas atualizações, correspondente ao tipo de produto ofertado. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa;

4.1.9. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentada no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974. Caso a licitante seja dispensada da Licença, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa;

4.1.10. O responsável pela avaliação das propostas, em sede de diligência, servir-se-á de consulta à Anvisa ou utilizará qualquer outro meio oficial pertinente, como o DOU.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Em decorrência de necessidade de manter a compatibilidade com os equipamentos do Hospital das Forças Armadas, o item 1 precisa ser compatível com a pistola Pro Mag Ultra e os itens 35 e 36 precisam ser compatíveis com a plataforma cirúrgica Versius, que de acordo com seu manual aceita as seguintes marcas/modelos: Item 35 (Applied Medical Kii® Fios® Advanced Fixation 11 x 100, Applied Medical Kii® Shielded Bladed Access System 11 x 100, ConMed AirSeal 12 x 100 (insuflador em comodato), Ethicon Endopath Xcel™ 11 x 100, Ethicon Endopath Xcel™ 15 x 100, B. Braun Aesculap® RHP 12 x 100 e MediLine MediLine X-One 12 mm 12 x 100). Item 36 (Applied Medical Kii® Fios® Advanced Fixation 5 x 100, Applied Medical Kii® Fios® Advanced Fixation 5 x 75, Applied Medical Kii® Fios® First Entry 8 x 100, Applied Medical Kii® Shielded Bladed Access System 5 x 100, Applied Medical Kii® Shielded Bladed Access System 8 x 100, ConMed AirSeal 5 x 100 (insuflador em comodato), ConMed AirSeal 8 x 100 (insuflador em comodato), Ethicon Endopath Xcel™ 8 x 100, Ethicon Endopath Xcel™ 11 x 100, Medtronic VersaOne™ Bladeless Trocar with Fixation Cannula 8 x 100 e MediLine MediLine X-One 8 mm 8 x 100).

## **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não há necessidade de vedação de marca.

## **Do Fornecimento de Equipamentos em regime de comodato**

4.4. Para o item 11, o vencedor deverá fornecer gerador, compatível com a marca fornecida, para o funcionamento da Pinça durante os procedimentos cirúrgicos. Estamos solicitando estes materiais em comodato, devido a compra e manutenção do gerador não ser economicamente viável ao número de procedimentos realizados pela clínica. Ou seja, é mais vantajoso para o Poder Público o modelo de comodato do que a aquisição ou locação deste equipamento.

4.5. Para o item 18, o vencedor deverá fornecer a cessão gratuita em regime de comodato dos seguintes equipamentos: Holmiun Laser compatível com a fibra fornecida, Conjunto ótico contendo ótica de 30°, camisa externa e interna de fluxo contínuo, obturador, elemento de trabalho a laser e conjunto para morcelação endoscópica contendo nefroscópio. Estamos solicitando estes materiais em comodato, devido a compra e manutenção dos mesmos não ser economicamente viável ao número de procedimentos realizados pela clínica. Ou seja, é mais vantajoso para o Poder Público o modelo de comodato do que a aquisição ou locação destes equipamentos.

4.6. Para o grupo 1 (itens, 19, 20, 21 e 22), o vencedor deverá fornecer a cessão gratuita em regime de comodato dos seguintes Equipamentos: Holmiun Laser compatível com a fibra fornecida e Ureterorrenoscópio Flexível. Estamos solicitando estes materiais em comodato, devido a compra e manutenção do gerador Holmiun Laser e do Ureterorrenoscópio Flexível não serem economicamente viáveis ao número de procedimentos realizados pela clínica. Ou seja, é mais vantajoso para o Poder Público o modelo de comodato do que a aquisição ou locação destes equipamentos.

4.7. Para o grupo 2 (itens, 23, 24 e 25), o vencedor deverá fornecer a cessão gratuita em regime de comodato dos seguintes Equipamentos: Holmiun Laser compatível com a fibra fornecida e Ureteroscópio semi-rígido. Estamos solicitando estes materiais em comodato, devido a compra e manutenção do gerador Holmiun Laser e do Ureteroscópio semi-rígido não serem economicamente viáveis ao número de procedimentos realizados pela clínica. Ou seja, é mais vantajoso para o Poder Público o modelo de comodato do que a aquisição ou locação destes equipamentos.

4.8. Para o grupo 3 (itens, 26, 27 e 28), o vencedor deverá fornecer a cessão gratuita em regime de comodato dos seguintes equipamentos: Ótica de 4mm e 30°, Camisa de ressecção 24/26Fr de fluxo contínuo com obturador, Elemento de trabalho bipolar e Cabo bipolar compatível com o gerador de alta frequência que também deverá ser fornecido pelo licitante. Estamos solicitando estes materiais em comodato, devido a compra e manutenção dos mesmos não serem economicamente viáveis ao número de procedimentos realizados pela clínica. Ou seja, é mais vantajoso para o Poder Público o modelo de comodato do que a aquisição ou locação destes equipamentos.

4.9. Para o grupo 4 (itens, 29, 30, 31, 32, 33 e 34), o vencedor deverá fornecer a cessão gratuita em regime de comodato dos seguintes equipamentos: Holmiun Laser compatível com a fibra fornecida e Nefroscópio Flexível. Estamos solicitando estes materiais em comodato, devido a compra e manutenção do gerador Holmiun Laser e do Nefroscópio Flexível não serem economicamente viáveis ao número de procedimentos realizados pela clínica. Ou seja, é mais vantajoso para o Poder Público o modelo de comodato do que a aquisição ou locação destes equipamentos.

4.10. Os equipamento em comodato serão disponibilizados apenas no momento da cirurgia e seguirá a seguinte dinâmica:

4.10.1. Para os equipamentos em comodato dos grupos 1, 2 e 3 o licitante será acionado, via canal disponibilizado pela Empresa, com ,pelo menos, 4 horas de antecedência, nos casos das cirurgias de urgência e, pelo menos, 96 horas de antecedência do horário de agendamento da cirurgia, nos casos das cirurgias eletivas;

4.10.2. Para os demais equipamento em comodato (item 11, item 18 e grupo 4) o licitante será acionado, via canal disponibilizado pela Empresa, com ,pelo menos, 96 horas de antecedência do horário de agendamento da cirurgia, pois serão utilizados somente em cirurgias eletivas;

4.10.3. Os equipamentos em comodato serão utilizados no seguinte endereço: HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, no Centro Cirúrgico.

4.11. A Empresa vencedora realizará o acompanhamento dos procedimentos cirúrgicos de forma presencial, assegurando o suporte necessário para a correta utilização dos equipamentos em comodato e ao final da cirurgia será responsável, também, por recolher estes equipamentos.

4.12. A equipe médica que realizará a cirurgia será responsável pela conferência e utilização correta dos equipamentos em comodato durante as cirurgias.

#### **Do Fornecimento de preceptoria**

4.13. Para o item 4, o vencedor deverá fornecer preceptoria para a realização do procedimento cirúrgico, pois o procedimento necessita de treinamento específico.

4.14. Para o item 17, o vencedor deverá fornecer preceptoria para a realização do procedimento cirúrgico, pois o procedimento necessita de treinamento específico.

4.15. Para o item 18, o vencedor deverá fornecer preceptoria para a realização do procedimento cirúrgico, pois o procedimento necessita de treinamento específico.

#### **Da exigência de amostra**

4.16. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocada para apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.17. As amostras deverão ser entregues na Seção de Licitações do Hospital das Forças Armadas - HFA, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis da solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.18. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.20. Serão exigidas amostras dos itens descritos na tabela abaixo. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

Item	Especificação resumida	O que será analisado na amostra
1	Agulha para biópsia de próstata 18 G x 25	Será analisada a qualidade do material (integridade dos componentes metálico e plástico, acoplabilidade perfeita à pistola de disparo mecânico, taxa de sucesso na retirada dos fragmentos prostáticos, dentre outros atinentes à prática médica) e a compatibilidade da agulha com a nossa pistola (Pro Mag Ultra)
2	Clipe de polímero tamanho: large (L)	Será analisada a qualidade do material (capacidade e confiabilidade de preensão dos vasos sanguíneos na videolaparoscopia)
6	Cateter ureteral duplo J 4,7 fr x 26 cm com fio guia hidrofílico	Será analisada a qualidade do material (maleabilidade, resistência à pequena tração, perviedade dos micro-orifícios, ausência ou mínimo atrito durante a introdução sob fio guia, dentre outros)
7	Cateter ureteral Duplo J de longa permanência de silicone	Será analisada a qualidade do material (maleabilidade, resistência à pequena tração, perviedade dos micro-orifícios, ausência ou mínimo atrito durante a introdução sob fio guia,



		dentre outros)
9	Bolsa coletora de espécimes	Será analisada a qualidade do material (resistência à tração moderada durante a retirada do espécime-alvo, facilidade no manuseio intracavitário e extracavitário)
10	Trocater de 12 mm	Será analisada a qualidade do material (grau de escape de gás carbônico durante a videolaparoscopia, praticidade e baixo atrito na introdução das pinças através do mesmo, resistência das válvulas internas e externas, dentre outros)
12	Sling transobturatório	Será analisada a qualidade do material (maleabilidade, resistência à pequena tração, praticidade na acoplagem e utilização da agulha, dentre outros)
15	Aspirador/irrigador laparoscópico	Será analisada a qualidade do material (resistência das válvulas, resistência à tração e perviedade dos orifícios)
19, 20, 21 e 22	Grupo 1	Serão analisadas a qualidade dos materiais (capacidade de preensão dos cálculos renais, capacidade hidrofílica, resistência à transmissão de energia nas adjacências, grau de facilidade na ascensão do duplo J, dentre outros)
23, 24 e 25	Grupo 2	Serão analisadas a qualidade dos materiais (capacidade de preensão dos cálculos renais, capacidade hidrofílica, resistência à transmissão de energia nas adjacências, grau de facilidade na ascensão do duplo J, dentre outros)
26, 27 e 28	Grupo 3	Serão analisadas a qualidade dos materiais (qualidade de transmissão contínua e homogênea de energia nas ressecções e cauterizações, resistência e durabilidade após autoclavagem, dentre outros)
29, 30, 31, 32, 33 e 34	Grupo 4	Serão analisadas a qualidade dos materiais (maleabilidade e perviedade do cateter de pielografia, capacidade de preensão dos cálculos renais, capacidade hidrofílica, resistência à transmissão de energia nas adjacências, grau de facilidade na ascensão do duplo J, dentre outros)

4.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.23. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.24. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultados da análise, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.25. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.26. Não há necessidade de carta de solidariedade para esta contratação de materiais consumo.

**Subcontratação**

4.27. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.28. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.29. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.29.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.29.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.29.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

#### **POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO REGISTRADO EM ATA**

4.30. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.30.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Setor HFA - Sudoeste -HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação de venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda à sexta-feira.**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **20 % (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta



vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/07/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (índice de preço ao consumidor amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por GRUPO/ITEM.

9.1.1. A proposta deverá estar datada, assinada, com especificações do objeto licitado e deverá conter o ainda o CNPJ da empresa licitante.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

### **Critério de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 4.174.503,30 (quatro milhões, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e três reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência**.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação para a aquisição de OPME, julga-se não haver necessidade de classificação do presente documento nos termos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)."

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)*

### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressaltados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **GUILHERME COSTA TORRES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 11:42:16.*

### **LEONARDO PEDRO FELIX**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 11:31:32.*